



PJe-JT

Equipes avaliam integração entre Caixa e PJe-JT



Reunião no CSJT para definir integração entre Caixa e PJe-JT

A integração do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) com bancos oficiais está cada vez mais próxima. Depois de firmada parceria com o Banco do Brasil, é a vez da Caixa Econômica Federal se engajar no projeto para que seja facilitada a emissão de boletos, guias de depósito, inclusive recursais, e alvarás eletrônicos via sistemas.

Em reunião nesta quinta-feira (11/10), representantes das duas instituições discutiram questões práticas relacionadas à parceria. O objetivo é firmar um acordo de cooperação técnica, de modo que a Caixa possa contribuir, entre outros aspectos, com força de trabalho no desenvolvimento e teste do padrão nacional que está sendo definido para interligação com bancos oficiais.

“Queremos que essa integração atenda às necessidades tanto do PJe-JT quanto da Caixa, de modo a facilitar a utilização da ferramenta por todos os usuários”, afirmou o desembargador Cláudio Brandão, coordenador do comitê gestor nacional do PJe-JT.

Outra proposta avaliada foi a realização de um evento de apresentação e capacitação sobre o PJe-JT voltado para advogados da Caixa Econômica. “Acho a proposta excelente. Teríamos a oportunidade de mostrar questões práticas ao usuário, como, por exemplo, o peticionamento no sistema, o uso da certificação digital, entre outras”, afirmou o gerente nacional do banco, Alessandro Maciel.

A interligação com bancos compõe uma das 13 frentes de trabalho para aprimoramento constante do PJe-JT. Outras equipes trabalham para integração com Correios, Receita Federal e Ministério Público do Trabalho, entre outras instituições.

(Patrícia Resende/CSJT)

Trabalho Infantil

Seminário é encerrado com “Carta de Brasília pela erradicação do trabalho infantil”

Ao encerrar o seminário “Trabalho Infantil, Aprendizagem e Justiça do Trabalho” na quinta-feira dia 11, o presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, conclamou a sociedade brasileira para lutar pela erradicação do trabalho infantil. O presidente lembrou o compromisso assumido pelo Brasil perante a comunidade internacional de erradicar as piores formas de trabalho infantil até 2015, e todas as formas até 2020, o que, segundo o documento, “exige planejamento, articulação e ações estratégicas”.



Fotos: Aldo Dias e Felipe Sampaio/TST

Esses pontos fazem parte da “Carta de Brasília pela Erradicação do Trabalho Infantil”, apresentada por Dalazen aos participantes do evento. O documento, segundo ele, retrata o pensamento majoritário dos especialistas presentes no seminário. A carta afirma a competência material da Justiça do Trabalho para analisar pedidos de autorização para o trabalho de crianças e adolescentes, e contesta os projetos de Emenda Constitucional nº 18 e 35, de 2011, que propõem a redução da idade mínima de trabalho para 14 anos, posição considerada “inaceitável retrocesso social”. A importância do instrumento da aprendizagem para a capacitação e profissionalização do jovem trabalhador também é enfatizada no documento, que foi aprovado por aclamação pelos participantes do seminário.

História pessoal - O tema discutido no seminário emocionou o presidente do TST. Antes de dar por encerrado o encontro, Dalazen afirmou que a realização do evento era um compromisso com a própria consciência. Ele revelou, emocionado, que foi menino pobre de rua, e que foi salvo pela valentia da mãe, “que não me permitiu jamais abandonar a escola pública”. Dalazen disse que não teve infância, apenas trabalho duro e estudo, sem as atividades lúdicas comuns vivenciadas por uma criança. Esse passado, segundo o próprio presidente do TST, deixou marcas profundas, e acabou fazendo dele um adulto sério demais, “um homem sem graça nenhuma”. O presidente disse que se pergunta como teria sido sua vida se tivesse tido a oportunidade de ser apenas uma criança estudante, voltada para o mundo de sonhos, fantasias e criatividade. “O trabalho precoce da criança, mesmo que acompanhado de estudo, é nefasto, sempre nefasto”, concluiu Dalazen. [Veja a matéria completa.](#)

(Mauro Burlamaqui / TST)

Seminário mobiliza diversos setores da sociedade



Mais de 1,6 mil pessoas se inscreveram para o **Seminário Trabalho Infantil, Aprendizagem e Justiça do Trabalho**, promovido pelo TST e CSJT de 9 a 11 de outubro. Magistrados, promotores, advogados, dirigentes sindicais, integrantes de ONGs e de entidades internacionais, médicos, psicólogos, sociólogos, assistentes sociais, pedagogos, professores, estudantes, servidores públicos de diversas áreas (como conselheiros tutelares e técnicos em segurança do trabalho, entre outros), assistiram

às palestras de especialistas nacionais e internacionais sobre o tema.

Em breve, todo o evento - as palestras gravadas em vídeo e o material trazido pelos palestrantes, estará disponível no [hotsite do evento](#). No endereço já é possível encontrar [a cobertura completa de todos os painéis do seminário em Notícias](#), documentos e links para entidades que trabalham com o tema. As fotos estão na [página do TST no Flickr](#). Os três depoimentos pré-gravados, de Gedeão dos Santos (que perdeu um dos olhos enquanto trabalhava, quando criança), da deputada Benedita da Silva e do jogador de tênis Marcelo Saliola, apresentando durante o seminário, podem ser assistidos no [canal do TST no YouTube](#).

(Marta Crisóstomo/TST)

Notas

Presidente do TST solicita emenda orçamentária na Câmara

O presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen, esteve dia 9 em audiência com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, deputado Ricardo Berzoini, na Câmara dos Deputados, para solicitar a apresentação de uma emenda no valor de R\$ 50 milhões para a suplementação do valor previsto no Projeto de Lei Orçamentária da União para 2013, na ação “Implantação de Varas da Justiça do Trabalho”. Esse aporte adicional servirá para custear as despesas necessárias para a instalação de 158 novas Varas do Trabalho, criadas por lei, tendo em vista que a verba encaminhada é insuficiente para fazer frente às despesas projetadas para a mencionada ação. [Saiba mais.](#)

Clipping

Correio Braziliense | 10/10/2012

Criança e trabalho: infância perdida

João Oreste Dalazen - presidente do TST - “Convivemos ainda em nosso país com a carga social do trabalho infantil. Apurou o IBGE, no Censo de 2010, que temos mais de 4,5 milhões de crianças utilizadas no trabalho, nos mais diversificados segmentos da economia. Certo que houve uma tênue queda na quantidade global em relação a 2001. Ainda assim, a estatística revela quadro inquietante”, afirmou o presidente do TST, no artigo. [Leia mais.](#)

Correio Braziliense | 10/10/2012

Eradicação do trabalho infantil

Começou ontem, no TST, o seminário Trabalho Infantil, Aprendizagem e Justiça do Trabalho, que tem como objetivo propor novos rumos na luta contra a exploração de mais de 3,6 milhões de crianças e adolescentes brasileiros de até 14 anos que exercem o papel de provedores em seus lares. “Todos os órgãos têm de se unir e combater esse mal que é o trabalho infantil”, disse o presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, na abertura do evento. [Leia mais.](#)

Fale com o presidente

caroscolegas@tst.jus.br

Expediente



Presidente

Ministro João Oreste Dalazen

Vice-Presidente

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Ministro Antônio José de Barros Levenhagen

Correio da Justiça do Trabalho

Ano 2 – Número 49 – 15 de outubro de 2012

Secretaria de Comunicação Social do TST

Assessoria de Comunicação do CSJT

Contato: caroscolegas@tst.jus.br

Algumas das palestras

Indicado ao Nobel abre seminário

A conferência de abertura foi feita por **Kailash Satyarthi** (foto), ativista de direitos humanos da Índia e atuante no movimento global contra a escravidão e a exploração do trabalho infantil. Indicado ao Prêmio Nobel da Paz em 2006, ele falou sobre os desafios e perspectivas da erradicação do trabalho infantil. O ativista lembrou que as diversas crises globais enfrentadas pela humanidade como fome, terrorismo e falta de combustíveis, entre outras, nos forçam a pensar de forma diferente. Para o indiano, o trabalho infantil é um desses problemas globais, e por isso é preciso pensar em soluções globais para a questão



da infância. Ele revelou, por exemplo, que os gastos mundiais com consumo de cigarros, armas ou cosméticos resolveriam de uma vez por todas os problemas de educação infantil. [Leia aqui a matéria completa.](#)

Estrutura social promove desigualdade

A exploração infantil é um problema de todos, afirmou a doutora em Direito Josiane Veronese (foto), durante o painel “A proteção integral da criança e do adolescente no direito brasileiro”. Ao final lembrou que a criança explorada é altamente discriminada e marginalizada, não podendo mais que se fique alheio à sua condição. E ressaltou que o problema da exploração infantil deve ser enfrentado em uma concepção de rede, com a iteração dos diversos setores da sociedade, governo e judiciário e não apenas pontualmente. [Veja a matéria completa.](#)



Bolsa Família não reduz o trabalho infantil

A coordenadora do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Isa Maria de Oliveira, afirmou durante o painel “Desafios da erradicação das piores formas de trabalho infantil no Brasil” que o programa de transferência de renda do Governo Federal, o Bolsa Família, “não tem impacto” na redução do trabalho infantil. O Fórum defende uma “correção de percurso”, pois, da forma como o programa funciona, não tem sido útil para identificar e retirar as crianças do trabalho. Para ela,

o enfrentamento do trabalho infantil deve ter como prioridade a educação. No mesmo painel, o procurador-geral do Trabalho, Luís Camargo, defendeu que a Justiça do Trabalho assuma a competência para o exame de autorizações judiciais para o trabalho de crianças e adolescentes. Ele fez um apelo aos magistrados trabalhistas para que “não abram mão do seu poder, da sua competência”, de negar autorização judicial para que crianças trabalhem. [Veja a matéria completa sobre o painel](#), que teve ainda a participação de representantes do ministério do trabalho e da OIT.

Trabalho infantil doméstico

A ministra de Estado da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes (foto), abriu o 4º painel do seminário, falando sobre o trabalho infantil doméstico, que afirmou ser uma das piores formas de trabalho infantil.



Destacou mudanças positivas na luta pela erradicação da exploração do trabalho de crianças e adolescentes, mas afirmou que ainda há muito que se fazer. [Leia a matéria sobre o painel](#), que contou ainda com a da especialista em Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes Márcia Hora Acioli.

Competência para concessão de alvarás



Ao falar sobre o tema “Autorização judicial para trabalho: competência”, juiz do Trabalho da 15ª Região (Campinas) José Roberto Dantas Oliva (foto), afirmou que após a Emenda Constitucional 45/04, a competência para a autorização para o trabalho infantil - inclusive o artístico - “é inequivocamente da Justiça do Trabalho”. Entre seus argumentos, lembrou que o disposto no artigo 114 da Constituição Federal dita que, em se tratando de relações de trabalho, compete à JT processar e julgar as ações que dela originar. Participou ainda do painel o desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro Siro Darlan de Oliveira, que afirmou que a competência para tratar de questões afetas ao trabalho infantil é da Justiça Especializada infanto juvenil, o que, em seu entendimento, está explícito na Constituição. [Veja aqui os argumentos dos dois painelistas.](#)